



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE NOVE DE OUTUBRO DE 2012

-----No dia nove de outubro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência do senhor Dr. José Alberto Domingos Rodrigues na qualidade de Vice Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, o senhor Vice Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS; -----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS: -----

2.1 – UNIÃO RECREATIVA DO CADAFAZ/CORPOS SOCIAIS-----

2.2 – COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE ALVARES/CORPOS SOCIAIS-----

2.3 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

3.2 – PAGAMENTOS-----

3.3 – REQUISIÇÕES-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----

3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.6 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA/CASA MUNICIPAL DA CULTURA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

1.1 – FALTAS – O senhor Vice-Presidente deu conhecimento ao Executivo que a senhora Presidente não iria estar presente na reunião, em virtude de se encontrar de férias, considerando-se justificada a sua falta.-----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – O senhor Vice Presidente deu a palavra aos senhores Vereadores para se pronunciarem.-----

-----Os senhores Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Votamos contra a aprovação da acta da Reunião do executivo de 25-09-2012 porque mais uma vez a senhora Presidente da Câmara faltou a um compromisso assumido connosco. De facto o ponto referente à PRONÚNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA – LEI Nº22/2012 DE 30 DE MAIO foi aprovado em minuta devido à necessidade de ser enviado para a Assembleia Municipal; por isso, ficou acordado e assumido pela senhora Presidente que nos seria enviada a sua redacção final para nos podermos pronunciar antes do seu envio. Isso não foi feito e apenas tivemos conhecimento do seu teor em plena Assembleia.-----

-----Infelizmente, não se tratou de um mero lapso, uma vez que ao terminar o último paragrafo mencionando que a posição da Câmara Municipal “está consubstanciada no documento transcrito para a acta que afirma claramente que o concelho está bem como está, isto é com as cinco freguesias”, está-se a tentar tirar dividendos político/partidários com um assunto sério que mereceria outra postura.-----

-----É importante esclarecer que, na reunião de Câmara não foi discutida a reorganização administrativa mas, única e exclusivamente, um documento que foi apresentado pela maioria socialista e foi apenas sobre ele que os vereadores do PSD se manifestaram em desacordo, votando contra a sua aprovação pela forte carga político-partidária que continha. -----

-----A transcrição do documento na acta deveria levar apenas a mencionar o resultado da votação (três votos a favor do PS e dois contra do PSD) como sempre foi hábito neste mandato e não a integrar outros comentários de grande



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

desonestidade política e intelectual.”-----

-----De acordo com o determinado pela Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por maioria, com dois votos a favor e dois contra dos senhores Vereadores do PSD, tendo o senhor Vice Presidente usado o voto de qualidade em conformidade com o nº 2 do artigo 89º da supra mencionada lei, e após leitura, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e doze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS:-----

2.1 – UNIÃO RECREATIVA DO CADAFAZ/CORPOS SOCIAIS - Foi presente o ofício da União Recreativa do Cadafaz, datado de 19.09.12, dando conhecimento dos novos corpos sociais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e endereçou votos de sucesso aos novos corpos sociais.-----

2.2 – COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE ALVARES/CORPOS SOCIAIS -

Foi presente a comunicação da Comissão de Melhoramentos de Alvares, datada de 27.09.12, dando conhecimento dos novos corpos sociais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e endereçou votos de sucesso aos novos corpos sociais.-----

2.3 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – O senhor Vice Presidente informou que a

Câmara Municipal de Portalegre comunicou ao Município de Góis em 28.09.12, a sua intenção de alienação de participação financeira de 999 ações, pelo valor nominal de 4.985,01€, do capital social da Sociedade Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.-----

-----Mais informou, que a presente comunicação prende-se com o facto de o Município de Góis, igualmente, na qualidade de acionista, poder exercer o direito de preferência e adquirir aquela participação de capital social.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não exercer o direito de preferência previsto no nº 3 do artigo 6º dos Estatutos da Município –



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.-----

2.4 - INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE

SIMÕES GARCIA – O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia começou por referir que, como já devem ter percebido, prepara todas as reuniões em conjunto com a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz e que, portanto, os assuntos que habitualmente levanta neste ponto da reunião são previamente definidos e independentes da presença, ou não, da senhora Presidente.-----

-----Prosseguiu informando que o primeiro assunto se referia ao relatório financeiro a 31 de Agosto de 2012. A sua análise suscitou-lhe algumas dúvidas que não levantou na última reunião por o assunto fazer parte da agenda da última Assembleia Municipal e achar que não o devia fazer antes desta se pronunciar.-----

-----Um dos quadros que lhe merecia alguma apreensão era o Quadro da dívida a curto prazo que foi corrigido e distribuído na Assembleia Municipal. Tinha notado que as datas estariam incorrectas mas, agora, verificou que também os valores da dívida a 1 de Janeiro de 2012 foram alterados. Não deixa de reparar que a correcção denota uma grande insensibilidade da parte de quem elabora, corrige e aprova estes relatórios uma vez que antes da correcção se concluía que teria havido um aumento de 32,14% da dívida a curto prazo e depois da correcção se chega à conclusão que, afinal, se registou uma diminuição de 4,96%. Parece estranho que não haja sensibilidade para, independentemente dos números, saber se a dívida a curto prazo estava a subir ou a descer.-----

-----O facto de ter sido corrigida a dívida a 1 de Janeiro de 2012 causa-lhe alguma estranheza pois acha que ela deveria ser um valor fixo. Mais estranho lhe parece que ela seja diferente do valor que é apresentado no relatório de 31 de Janeiro de 2012. Questionou assim, como seria possível esta diferença. -----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que as referidas alterações não se verificam só num item, mas sim em todos que dizem respeito à dívida a 01.01.12. de tal maneira que o total era de cerca de 1 milhão e 384 mil euros e passou para cerca de 1 milhão e 408 mil euros. Mais incompreensível



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Ihe parece que o valor dos saldos da gerência anterior apresentado nos dois relatórios tenham uma diferença de 500 mil euros-----

-----O senhor Vice Presidente, referiu que eventualmente poderá ter existido alguma alteração. Contudo, e uma vez que se trata de questões técnicas, deu a palavra à senhora Chefe da DAG, Dr^a. Sara Mendes, para esclarecer o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, relativamente às questões apresentadas. Assim, e no que respeita à alteração dos valores da coluna da dívida a curto prazo em 01.01.2012, explicou que os valores que constavam no mesmo se referiam à dívida a curto prazo existente a 01.01.2011 e não aos valores da dívida a 01.01.2012 e que, assim que foi detetado o lapso, foi o mesmo de imediato corrigido, tendo ainda sido entregue a informação corrigida aos destinatários do Relatório em questão em tempo oportuno. -----

-----Prosseguiu referindo que, relativamente à divergência de valores da dívida a curto prazo a 01.01.2012 indicada no Relatório Financeiro de 31.01.2012 e o valor da dívida a curto prazo à mesma data, indicada no Relatório Financeiro de 31.08.2012, é perfeitamente possível uma vez que o valor da dívida a 01.01.2012 indicado no Relatório de 31.01.2012 são dados ainda provisórios, de 31.12.2011, pois o ano de 2011 ainda não se encontrava contabilisticamente encerrado. Mais informou que, entre janeiro e abril de 2012 (data da votação da prestação conta de 2011) foram efetuados vários movimentos contabilísticos no ano anterior, entre os quais, no cumprimento do princípio contabilístico da especialização do exercício, o lançamento de faturação datada de 2011 e que chega aos serviços municipais nos primeiros meses de 2012. Concluiu referindo que, no que se refere ao Relatório Financeiro elaborado à data de 31.01.2012, por várias vezes se ponderou a possibilidade do mesmo deixar de ser elaborado nos moldes apresentados para os restantes meses do ano uma vez que, para além de se estar a trabalhar com dados provisórios, nem toda a informação é possível de ser contemplada (como é o caso do cumprimento dos limites ao endividamento) e acresce ainda do facto de, em termos contabilísticos, ser de um mês com uma atividade reduzida face ao normal nos restantes meses, uma vez que em termos de movimentação contabilística, ainda se está a trabalhar no



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

mês de dezembro de 2011. -----

-----Por último, e no que respeita ao diferencial do valor do saldo da gerência anterior referiu que por não ter presente o Relatório em questão é-lhe complicado prestar o devido esclarecimento, tendo informado que irá analisar a situação e oportunamente esclarecer as dúvidas ao senhor Vereador. -----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu da análise efetuado ao último Relatório Financeiro suscitaram-lhe algumas dúvidas que desejaria que fossem esclarecidas, nomeadamente no que concerne aos valores patentes nos quadros de evolução das receitas cobradas. Referiu que nas colunas referentes aos anos de 2010/11/12, verificou que na coluna relativa ao ano de 2010 os valores patentes não são iguais em relação ao anterior Relatório, tendo solicitado os devidos esclarecimentos.-----

-----A Dr^a. Sara Mendes, informou que estes valores dizem sempre respeito a períodos homólogos, isto é, o presente Relatório apresenta os dados orçamentais e financeiros entre 1 de janeiro a 31 de agosto dos 3 anos em análise (2010, 2011 e 2012) e no relatório anterior (de 31.05.12) os dados de referência são de 1 de janeiro a 31 de maio dos 3 anos em análise (2010, 2011 e 2012), pelo que, em nenhum Relatório elaborado ao longo do ano civil, os valores dos anos anteriores apresentados são coincidentes. -----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia questionou quando é que se pode confiar no valor da dívida, questão a que a Dr^a. Sara Mendes, respondeu que, enquanto a prestação de contas do ano de 2011 não estiver concluída e for apresentada à votação, os valores constantes na contabilidade a 31.12.2011 podem estar portanto sujeitos a alterações, uma vez que ainda há movimentos contabilísticos de encerramento por efetuar, há documentos de despesas ainda por lançar, entre outros. Neste sentido, só no Relatório que é apresentado em Assembleia Municipal no mês de abril de 2012, referente a 31.03.12. o valor da dívida é definitivo. -----

-----O senhor Vice Presidente, referiu que a questão do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia é pertinente, quando questiona quando é que se pode ter em linha de conta o rigor dos números, referindo que o rigor dos



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

números é sempre aferida com a prestação de contas em abril, uma vez que o POCAL permite esta possibilidade de movimentação contabilística, por forma a salvaguardar todos os acertos até à referida prestação de contas.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que a situação apresentada funciona um pouco como os orçamentos que constam na execução orçamental, isto é o orçamento de 2012, vai sofrendo alterações ao longo do ano por se tratar de um documento dinâmico.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu estar esclarecido quanto a este assunto, ficando a aguardar os esclarecimentos em falta por parte da senhora Chefe da DAG.-----

-----Seguidamente, referiu que o próximo assunto que iria apresentar era delicado, principalmente porque não estava presente nesta reunião a senhora Presidente, situação que o levava a não mencionar o que tinha intenção, mas que oportunamente o iria mencionar.-----

-----Referiu, que a legitimidade com que a maioria do PS está a dirigir a Câmara Municipal é-lhes conferida com o voto da população; sendo essa mesma legitimidade extensiva aos Vereadores eleitos do PSD. Referiu, que os Vereadores do PSD têm tido uma posição colaborante naquilo que é essencial para o Município não pondo qualquer aspeto partidário ou político nas decisões que vêm tomando.-----

-----Mais referiu, que na reunião de 11.09.12 solicitou à senhora Presidente uma lista nominal de ajudas de custo e horas extraordinárias pagas pela Câmara Municipal durante o ano de 2012. Por não ter tido qualquer resposta à sua solicitação, na reunião de 25.09.12, solicitou novamente a entrega dos referidos elementos, tendo-lhe sido informado pela senhora Presidente que o seu pedido teria que ser formulado mediante a apresentação de requerimento para o efeito e devidamente fundamentado, segundo parecer por si solicitado ao senhor Dr. Pedro Pereira Alves, ainda que o tenha recebido verbalmente. Lamenta, que o seu pedido tenha gerado esta situação, o que o leva a entender que algo está mal e que se pretende esconder alguma coisa sobre este processo, uma vez que é sua opinião se o mesmo fosse completamente transparente não deveria haver



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

tanta dificuldade na entrega dos referidos elementos. Referiu ainda, o receber desses dados é um direito que lhe assiste, e que não queria ter de se deslocar à Câmara Municipal e solicitar os elementos para consulta, entendendo que não será este o caminho que deverá seguir, pelo que formalizou através de requerimento no dia 26.09.12 a solicitação dos dados em questão.-----

-----O senhor Vice Presidente informou que a senhora Presidente deu conhecimento do requerimento apresentado pelo senhor Vereador, informando que o documento está a ser elaborado no sentido de ser entregue ao senhor Vereador. -----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que o facto de estarmos em democracia e como Vereador, é-lhe legalmente conferido o direito à resposta, direito esse consignado no artigo 68º , 1 alínea s) da Lei nº169/99, de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual refere que é competência do Presidente da Câmara *“responder, no prazo de 10 dias aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores”*. Referiu, que mais uma vez a senhora Presidente não respeitou, nem mostrou compreensão pelo papel que desempenham os Vereadores da oposição, em virtude de mais uma vez “furar” completamente os prazos, não cumprindo com as suas obrigações que lhe estão consignadas por Lei. -----

-----Referiu ainda, que estranha que não haja uma lista onde constem os dados solicitados, sendo sua opinião que este assunto é de fácil resolução, reafirmando que não quer tomar outro tipo de atitudes perfeitamente justificadas.-----

-----Continuou, referindo ter sido sua intenção que a senhora Presidente estivesse presente na discussão deste assunto, para lhe colocar e dirigir diretamente estas questões, uma vez que gosta de o fazer na presença das pessoas. Referiu ainda, que volvido que está o prazo de direito a resposta, lamenta também que não tenha sido dada resposta à receção do seu requerimento, bem como, à entrega em tempo útil estabelecido por lei dos elementos constantes no requerimento apresentado, lamentando que tenha que ter sido apresentado um requerimento para o efeito, quando é do seu conhecimento que naturalmente e legalmente o possa fazer verbalmente.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----O senhor Vice Presidente referiu que os assuntos presentes em sede de reunião do Executivo devem ser objecto de elaboração e análise, antes da entrega dos mesmos, devendo para o efeito existir a devida elevação no trato dos mesmos.-----

-----Relativamente à legitimidade do prazo na entrega dos citados elementos, poderá eventualmente, o prazo de direito de resposta ter expirado. Contudo, informou que possivelmente e por questões que se prendem com a compilação desses mesmos dados, existir a probabilidade de atraso na entrega dos mesmos, informando ainda, que irá dar indicações aos serviços para que os referidos documentos sejam os mesmos entregues o mais rápido possível.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia solicitou ao senhor Vice Presidente que transmita à senhora Presidente que deseja ser informado, em que é que se fundamentou para que lhe solicitasse que deveria requer os citados dados através de requerimento para o efeito, uma vez que é do seu conhecimento que como Vereador não tem que apresentar qualquer documento a solicitar a informação pretendida.-----

-----O senhor Vice Presidente informou que levará o assunto a conhecimento da senhora Presidente. Contudo, é do seu conhecimento que a senhora Presidente levou este assunto para ser objecto de análise jurídica. Referiu ainda, que não há qualquer razão para que o senhor Vereador desconfie que o assunto em análise não é um processo transparente.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que a sua questão prende-se com a falta de cumprimento do timing de direito de resposta e acesso à documentação solicitada, uma vez que é seu entendimento a falta de consideração que os Vereadores da oposição estão sujeitos. Terminou a sua intervenção, lamentando o facto de ter mencionado este assunto na ausência da senhora Presidente, mas entende que não pode deixar passar mais tempo sem que interviesse sobre o mesmo.-----

-----O senhor Vice Presidente informou que o direito à informação é um direito que assiste ao senhor Vereador, reafirmando que irá verificar qual o ponto de situação do presente assunto e dar indicações aos serviços para que este seja



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

entregue o mais rápido possível.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.5 – INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA HELENA ANTUNES BARATA MONIZ –

A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que relativamente à entrega de documentos aos Vereadores do PSD fora do prazo, é uma situação que já tem ocorrido nesta Câmara Municipal, tendo dado como exemplo que na reunião do Executivo de 26.06.12 solicitou um documento, tendo este sido entregue somente na reunião de 11.09.12, pelo que considerou que não estão a ser respeitados os direitos dos Vereadores. Contudo, referiu que a senhora Presidente informou que quanto à entrega de documentos aos Vereadores do PSD tinha algumas dúvidas, pelo que solicitou informação ao senhor consultor jurídico, tendo-lhe sido comunicado, ainda que verbalmente, que os pedidos teriam de ser formulados através de requerimento, fundamentando o objecto do seu pedido. Neste sentido, referiu que desejava ter acesso ao referido parecer por escrito, para poder confirmar qual a legalidade da solicitação de documentos através de apresentação de requerimento para o efeito. Mais solicitou, que na próxima reunião do Executivo lhe fosse entregue esse mesmo parecer jurídico.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu reconhecer que naturalmente é legítimo a solicitação de informações por parte dos senhores Vereadores da oposição, mesmo que em algumas vezes existam situações de reserva, nomeadamente quando as mesmas plasmem dados referentes aos trabalhadores, valores auferidos, etc.-----

-----Relativamente ao documento solicitado pelo senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, informou que lhe compete propor a pagamento esses abonos relativos aos trabalhadores da DGUPA e que reconhece que há uma profunda consciencialização por parte de todos os intervenientes, trabalhadores incluídos, para reduzir ao mínimo tanto o trabalho extraordinário como as ajudas de custo e por isso não tem dúvidas que o pagamento de horas extraordinárias e ajudas de custo estão em conformidade os tempos de trabalho e as deslocações efetivamente cumpridas.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, referiu ser legítimo a entrega de documentos aos Vereadores sempre que solicitarem e, caso seja seu entendimento intervir no sentido de solicitar esclarecimentos sobre alguns dados constantes nestes o fará, naturalmente sem fazer qualquer referência a nomes.--

-----O senhor Vice Presidente informou a senhora Vereadora que irá diligenciar no sentido de verificar a existência do referido parecer por escrito, a fim do mesmo lhe ser oportunamente entregue.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:-----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia oito de outubro do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos euros e quarenta e nove cêntimos.-----

3.2 – PAGAMENTOS – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e doze, constantes nas ordens número dois mil cento e oitenta e dois à dois mil trezentos e três, no montante de quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos.-----

3.3 – REQUISIÇÕES – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES - A Câmara tomou conhecimento de que não foi emitida nenhuma licença de obras particulares.-----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foi emitida a seguinte licença de autorização de utilização:-----

-----a) Número trinta e três, requerida por Lucinda Simões Porto Alves, Amieiros – Alvares.-----

3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES –

O senhor Vice Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia nove de outubro do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

transferências correntes, no montante de vinte e um mil, quinhentos e sessenta e oito euros e trinta e um cêntimos, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata.-----

3.6 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA/CASA MUNICIPAL DA CULTURA - Foi presente a informação da senhora Chefe da DAG, Dr^a. Sara Mendes, datada de 08.10.12, relativa à emissão parecer prévio para contratação de serviços de consultoria para a Casa Municipal da Cultura, a qual constitui o Anexo II da presente ata.-----

-----O senhor Vice Presidente informou que de acordo com o constante na informação da Técnica responsável pela empreitada, a execução da empreitada “Construção da Casa da Cultura de Góis” é uma obra bastante complexa porque se trata de um edifício que terá uma sala de espetáculos dotada de todas as infra estruturas para a realização de vários tipos de eventos culturais e lúdicos. Assim sendo, tem carecido de um acompanhamento muito pormenorizado pelos técnicos que fiscalizam a obra e pelo coordenador e autor do projecto. Mais referiu, que o termo de empreitada é a 31.10.2012. No entanto, após a conclusão dos trabalhos e para a emissão de autorização de utilização é obrigatório que a rede elétrica, rede de gás e rede de telecomunicações sejam certificadas e sejam executadas vistorias pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo Ministério da Cultura – Inspeção Geral das Atividades Culturais e pelo Delegado de Saúde do concelho de Góis. Referiu ainda, que o acompanhamento deste procedimento carece da prestação de serviços do autor do projeto para explicação de todos os pormenores específicos desta obra tão complexa. Por fim, importa ainda referir que se trata de um trabalho sem qualquer subordinação hierárquica.-----

-----Neste âmbito, e de acordo com os normativos legais em vigor a contratação em questão carece de emissão de parecer prévio por parte do Executivo, cujos termos e tramitação são regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas Autarquias Locais, das Finanças e da Administração Pública.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Como suporte à possível emissão do parecer prévio vinculativo e adaptando à administração local a Portaria nº9/2012, de 10 de Janeiro, o senhor Vice Presidente deu conhecimento de alguns elementos constantes na mencionada informação, os quais são fundamentais para o Executivo poder deliberar sobre o presente assunto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação supra mencionada deliberou por unanimidade emitir parecer prévio para contratação de serviços de consultoria para a Casa Municipal da Cultura.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA/CASA MUNICIPAL DA CULTURA.-----

-----DADA A PALAVRA AO PÚBLICO:-----

-----a) O senhor José António Vitorino Serra, residente em Góis, referiu que na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, desejava saber qual o término previsto para a conclusão da empreitada da Casa Municipal da Cultura. Mais referiu, que a sua questão prende-se pelo facto de no decorrer desta foi pelo responsável da empresa adjudicatária solicitado a passagem de máquinas e equipamentos em propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, nomeadamente junto do Centro Municipal de Saúde e Ação Social, tendo para o efeito sido acordado e assumido pelo empreiteiro responsável pela obra o compromisso de pintura do edifício e arranjos no espaço exterior a este equipamento. Reafirmou, que é seu interesse saber quando está previsto a conclusão da citada empreitada com o intuito de fazer cumprir o compromisso assumido pela empresa.-----

-----Continuou, informando que na passada semana iniciaram-se trabalhos de saneamento básico no acesso ao Centro Municipal, sem que tivesse sido dado conhecimento à direção da Santa Casa da Misericórdia de Góis, o que considera abusivo por parte do responsável por esta obra. De igual modo, informou que os trabalhos foram interrompidos, estando presentemente aberta uma vala de



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

grande extensão, sem qualquer tipo de sinalização, impedindo a circulação de pessoas e bens, pelo que solicitou informação sobre este assunto.-----

-----Referiu ainda, ser do seu conhecimento que o INEM celebrou um protocolo para a criação de novos Postos de Emergência Médica em corporações de bombeiros, no qual se integra a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis e novas ambulâncias de suporte imediato de vida em Serviços de Urgência Básica, questionando se o equipamento atribuído a Góis já se encontra em pleno funcionamento. Mais referiu, que como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis e verificando-se a existência de uma viatura de emergência médica em Góis, será um facto que num futuro muito próximo se verifique o encerramento nocturno do SAP, sendo sua preocupação o funcionamento do Centro Municipal.-----

-----Prosseguiu, referindo que na qualidade de munícipe e como membro da Associação de Combatentes do Ultramar de Góis teve a oportunidade de assistir no dia 05 de outubro à conferência Militar: Portugal Militar em África 1961-1974, numa iniciativa da Câmara Municipal e do Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar. Agradeceu à Câmara Municipal na Pessoa da senhora Presidente e ao Major General Rodolfo Bogonha por esta excelente iniciativa. Contudo, lamentou a fraca assistência por parte dos representantes das forças políticas do concelho, bem como, do público em geral, uma vez que considerou esta iniciativa muito interessante pelos testemunhos que muitos goienses transmitiram da sua passagem militar por África.-----

-----O senhor Vice Presidente agradeceu as palavras do senhor José António Vitorino Serra, informando que quanto à ambulância atribuída à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, pelo conhecimento que tem é que após o dia 01 de outubro a A.H.B.V.G. passou a ser Posto de Emergência Médica do INEM, ou seja, passou a ter uma ambulância de Suporte Básico de Vida do INEM para dar resposta a situações de emergência médica pré-hospitalar, estando diversos elementos do Corpo de Bombeiros de Góis a ter formação em emergência médica. Quanto ao encerramento nocturno do SAP, informou que há muito que se fala deste assunto, embora somente quando



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

estiverem reunidas condições que permitam garantir uma resposta de qualidade aos utentes.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia informou, que quanto às obras de ligação de saneamento da Casa Municipal da Cultura, as mesmas foram iniciadas sem o conhecimento e antes da respetiva consignação, pelo que foram dadas instruções à empresa adjudicatária para interromper os trabalhos e para reporem a situação anterior. Quanto ao compromisso assumido pela empresa responsável pela obra da Casa Municipal da Cultura com a Santa Casa da Misericórdia de Góis, informou que o empreiteiro está sensibilizado para concretizar os trabalhos acordados. Por último, informou que para a conclusão da referida empreitada, faltam a colocação dos quadros elétricos, a conclusão da sala de espetáculos e alguns trabalhos ao nível do exterior, os quais irão iniciar-se brevemente.-----

-----b) A senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, residente em Góis, referiu que já teve a oportunidade em sede de reunião do Executivo de alertar para o estado de degradação e conseqüentemente para o perigo em que se encontra o imóvel com a designação de “Casa Soledade” em S. Paulo, na Vila de Góis. Considera, ser seu dever alertar mais uma vez para esta situação, em virtude de poder vir a acontecer algum acidente com a circulação de pessoas e bens junto daquele imóvel, pelo que sugeriu que o Município informe o proprietário desta situação, antes que se verifique a ocorrência de algum acidente.-----

-----O senhor Vice Presidente informou a munícipe de que foram já dadas indicações para que comuniquem ao proprietário o estado de degradação em que se encontra o referido imóvel, referindo que caso não se verifique reparação /beneficiação do mesmo o Município irá com certeza proceder em conformidade com a legislação para o efeito.-----

-----c) O senhor José Augusto Rodrigues, residente em Góis, referiu que como é do conhecimento do Executivo é intenção da ANALIB proceder à abertura de uma estrada em Liboreiro, estando já agendada para o próximo mês o início desta obra, informando que por indicação da Câmara Municipal será o Engº



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Carlos Cabaço, que irá acompanhar estes trabalhos. Contudo, referiu a importância da atribuição de apoio financeiro por parte do Município para a realização desta obra, a qual irá também contar com o apoio da Junta de Freguesia de Góis. De igual modo informou, da conclusão dos trabalhos de requalificação da estrada de acesso ao Santuário da N^a. Sr^a. da Guia, faltando apenas alguns trabalhos de melhoria das bermas.-----

-----O senhor Vice Presidente informou que relativamente ao apoio a conceder pela Câmara Municipal à ANALIB a Câmara Municipal irá cumprir assim que haja disponibilidade de verbas para o efeito.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Vice Presidente declarou encerrada a reunião pelas onze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----

O Vice Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
